



Os direitos das crianças e os media

Lidia Marôpo
Universidade Nova de Lisboa
Centro de Investigação Media e Jornalismo

Direitos, media e crianças



- **Democracia**

Interesse de todas as pessoas deve ser representado (Crianças).

- **Media >> Jornalismo**

Debate público: qual o lugar das crianças na sociedade e na política?

Reconhecimento dos direitos e problemas que afectam as crianças.

Sujeitos a forças económicas, políticas, culturais e tecnológicas.

Agendamento: influência das fontes, dos media e das limitações e imposições das rotinas da profissão.

Enquadramento: poder de interpretar, de definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções.

Convenção sobre os Direitos da Criança: direitos de comunicação



- Artigo 3: seu superior interesse deve sempre ser prioritário.
- Artigo 12: direito à participação, a expressar a sua opinião e a que essa seja levada em conta nos assuntos que lhes dizem respeito.
- Artigo 13: direito à liberdade de expressão, liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias.
- Artigo 16: protecção à privacidade e contra ataques à honra e à reputação.
- Artigo 17: direito à informação de fontes diversificadas; incentiva os *media* a divulgar informações que beneficiem social e culturalmente as crianças e a protegê-las de conteúdos prejudiciais ao seu desenvolvimento.

Lei Tutelar Educativa (Art. 176º - Protecção da intimidade)



1. Os *menores* internados em centro educativo têm o direito a não ser fotografados ou filmados, bem como a não prestar declarações ou a dar entrevistas, contra a sua vontade.
2. ... Têm o direito a ser inequivocamente informados, por um responsável do centro educativo, do teor, sentido e objectivos do pedido de entrevista.
3. Independentemente do consentimento dos menores, são proibidas:
 - a) Entrevistas que incidam sobre a factualidade que determinou a intervenção tutelar;
 - b) A divulgação de imagens ou de registos fonográficos que permitam a identificação.

Media e direitos das crianças: aspectos negativos



Críticas à cobertura jornalística: acadêmicos + jornalistas + activistas

- Escassez de notícias sobre crianças
- Identificação de crianças e jovens vítimas
- Raros enquadramentos na perspectiva dos direitos (leis pouco citadas)
- Emoção/sensacionalismo X compreensão (Problema público/político)
- Ausência de cobertura sobre o *status* e sobre o quotidiano das crianças.
- Foco privado/individual: casos singulares, dramáticos
- Seu filho ou podia ser seu filho X o filho dos outros
- Estereótipos: crianças vítimas inocentes X jovens como ameaças.
- Falta de monitorização das políticas e responsabilização do governo.
- Ausência de debate sobre causas e soluções para problemas.
- Ausência da voz das crianças: registo curioso, simpático, colorir.

Media e direitos: o que dizem as crianças e jovens



Somos tratados de forma negativa e desvalorizados. “Só falam da porcaria que os jovens fazem, nunca falam das coisas boas” (in Carvalho e Serrão, 2009).

O que não gostam de ver nas notícias (Save the Children):

- Crianças “engraçadinhas” usadas de forma apelativa
- Fotos e descrições de crianças para provocar pena
- Adultos a falar pelas crianças quando elas sabem mais do tema
- Crianças exibidas como “animais de circo”
- Adultos a ridicularizar ou a desmerecer a opinião das crianças
- Adultos pondo palavras na boca das crianças/interrompendo-as
- Crianças retratadas como passivas, quando na verdade não são
- Jovens identificados como um só grupo “problemático”

Infância e saúde: a cobertura noticiosa



Enquadramento político

- Políticas públicas de saúde são o foco. Limitações: frequentemente restrito ao anúncio de políticas a partir de fontes governamentais, sem contraponto de outras vozes, sem histórias de vida que humanizem o debate e sem monitorização destas políticas.

Idosos e jovens até 18 anos acompanhados no hospital

Maria Lopes

● Os idosos em estado de dependência, os jovens até aos 18 anos, assim como as pessoas com doenças incuráveis e as que estão em estado terminal de vida vão poder ter uma pessoa a acompanhá-las durante todo o tempo de internamento hospitalar.

As novas regras, aplicáveis às unidades de saúde públicas, são aprovadas hoje no Parlamento na sequência do agendamento potestativo do PS de um diploma que agrega a legislação até

aqui dispersa sobre o acompanhamento hospitalar. “Por um lado alargamos o âmbito do acompanhamento, mas também introduzimos a possibilidade de um médico o impedir nos casos de a pessoa ter uma doença transmissível e o contacto com outros constitua um risco para a saúde pública”, descreveu ao PÚBLICO a deputada Teresa Venda, uma das autoras do diploma.

O texto foi feito em Julho de 2007, quando ainda se corria o risco de uma epidemia da gripe das aves, mas dificilmente viria em melhor altura, acres-

centa, sem saber explicar a demora.

Até agora só tinham direito a um acompanhante permanente no caso de hospitalização as crianças até aos 14 anos e as pessoas deficientes. Com o alargamento da idade, os jovens entre os 14 e os 18 anos podem escolher quem querem como acompanhante ou até mesmo prescindir dele.

“Não estamos a generalizar o acompanhamento porque os hospitais, infelizmente, não têm condições para isso”, diz Teresa Venda, realçando a importância da presença de compa-

nhia junto dos idosos e de pessoas em fim de vida.

Quando o doente não puder ser acompanhado por restrição do médico, o hospital deverá diligenciar para que lhe “seja prestado atendimento personalizado mediante alteração do rácio enfermeiro/doente”. O direito a refeição gratuita deixa de ser exclusivo dos acompanhantes de crianças, e estende-se a todos, mas mantêm-se algumas condições, e acresce a de ter de ser isento do pagamento de taxa moderadora no SNS.

Infância e saúde: a cobertura noticiosa



- **Enquadramento utilitário**

Informações de especialistas sobre como proteger as crianças. Limitações: tratamento privado, respostas governamentais são abordadas de forma superficial ou não são mencionadas.

Domingo, 29 de março de 2009

O GLOBO

CIÊNCIA / SAÚDE • 45

Check-up na infância protege o coração

Médicos alertam para a necessidade de as crianças e adolescentes passarem por exame clínico e cardiológico

Antônio Marinho

• A morte de uma menina de 13 anos após se sentir mal durante uma aula de educação física numa escola em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, há uma semana, chamou a atenção para a importância do check-up clínico cardiológico na infância e na adolescência. Médicos afirmam que o número de mortes súbitas nessas faixas etárias tem aumentado. Geralmente a causa é alguma mutação genética que deixa o coração vulnerável a arritmias malignas. Além disso, crianças e adolescentes vivem sob estresse e com a agenda lotada, incluindo esportes de grande esforço. Daí a recomendação de exames clínicos e, se for necessário, eletro, ecocardiograma, testes de esforço e labora-



Marcelo Carneval

A CARDIOLOGISTA

Rosa Célia mede a pressão arterial de Antônio num check-up para avaliar o risco de doenças cardíacas

PANDORA faz eletro de rotina. Operada com 1 ano, ela leva vida normal

Exposição ensina a viver melhor

• Uma boa maneira de manter o coração batendo forte é procurar se informar mais sobre ele. No dia 1 de abril, às 18h, será inaugurada na Casa da Ciência da UFRJ, em Botafogo, a exposição "Vias do coração". A entrada é franca.

A "Vias do coração" é interativa e associa conteúdo, vídeos e jogos eletrônicos e outras atrações para estimular a prevenção de doenças

Infância e saúde: a cobertura noticiosa



• Enquadramento Público

Os desdobramentos do problema são acompanhados, actores sociais de vários campos são ouvidos. Político + utilitário.

Tema com grande ausência das vozes das crianças e jovens: recipientes passivos de políticas públicas ou objectos de protecção

PS admite regular em breve publicidade a alimentos dirigida a crianças e jovens

Projecto foi apresentado pelo PEV em 2006 e desde essa altura está a “marinar na Comissão Parlamentar de Saúde”. Socialistas querem agora retomar o trabalho

Alexandra Campos

• Esta vai ser a semana da promoção da alimentação saudável no Parlamento: sexta-feira o PS apresenta um projecto de lei para reduzir o teor de sal no pão e um projecto de resolução em que recomenda ao Governo a distribuição gratuita de frutas e legumes nas escolas. São boas notícias, aplaudem os nutricionistas e eméfitos especialistas em nutrição. Mas todos defendem que se poderia ir mais longe, nomeadamente regulando áreas tão problemáticas como a publicidade a alimentos dirigida a crianças e jovens. Nem de propósito. O deputado socialista Jorge Almeida, médico e um dos autores dos dois projectos que agora sobem a plenário, admitiu ao PÚBLICO que esta será a próxima iniciativa a avançar e que isso deve acontecer “em breve”.

Há mais de dois anos que o Partido Ecologista Os Verdes (PEV) apresentou uma proposta de alteração ao C6-

O que consumimos e o que devíamos consumir

Consumo de sal

Valores diários

Riscos e consequências

- Hipertensão arterial
- Aumento do risco de doença cardiovascular
- Aumento do risco de doença cerebrovascular
- Sobrecarga do funcionamento renal
- Aumento do risco de vários tipos de cancro (por ex., cancro do estômago)
- Aumento da retenção de líquidos

O PS apresenta esta semana um projecto de lei que estabelece normas para a redução do teor de sal no pão a um projecto de resolução que recomenda ao Governo a distribuição gratuita de frutas e legumes nas escolas. Mas, em outro caso estamos aquém das recomendações internacionais.



Até 5 gramas

Consumo de frutas e legumes

Valores diários

Riscos e consequências

- Aumento do risco de obesidade
- Aumento do risco de vários tipos de cancro (por ex., cancro do cólon)
- Aumento do risco de doença cardiovascular
- Aumento do risco de hipertensão
- Aumento do risco de diabetes mellitus tipo II

400 gramas
(No mínimo, OMS)



Pouco mais de

O papel das fontes de informação



- Matéria-prima do jornalismo. Entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz ou representante) que presta informações, fornece dados, planeia acções, avisa da ocorrência de factos, relata pormenores de um acontecimento. (Santos, 2006).
- Mesmo que estejam presentes, os jornalistas precisam das fontes para validar e interpretar as afirmações divulgadas na notícia.
- Fontes especialistas: credibilidade, *experts* desinteressados e objectivos, voz da ciência, intérpretes. Mais ouvidos: pediatras e psicólogos – criança da família, a ser cuidada e protegida, predominância de uma visão individual e privada, porta-vozes das crianças.

Dicas para as fontes



- Disponibilidade, postura pró-activa, atitude pedagógica.
- Conhecer o processo de produção das notícias, profissionalizar a comunicação, planear acções *noticiáveis*, produzir dados consistentes.
- Estabelecer contactos mais próximos, individualizados e contínuos.
- Denunciar e tomar medidas em caso de desrespeito; elogiar os acertos.
- Construir em conjunto com os jornalistas orientações.
- Facilitar o acesso às crianças ou divulgar seu ponto de vista em relatórios.
- Criar prémios de jornalismo e títulos de jornalista amigo da criança, promover formações, diálogo com editores e directores.